



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo

LEI N.º 4.910 . DE 29 / 11 / 96

Processo n.º 19.585

PROJETO DE LEI N.º 6.693

Autor: PREFEITO MUNICIPAL

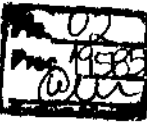
Ementa: Revoga a Lei 4.386/94, que reclassifica e autoriza concessão, à União em Cristo de Leigos, do direito real de uso de área pública situada no bairro Cidade Nova; nela permite edificar a categoria E.2.2 do Plano Diretor; e revoga a correlata Lei 4.262/93.

Arquive-se

Allan
Diretor Legislativo



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo



MATÉRIA
PL 6.693

Comissões
CJR (le-
galidade
e mérito)

Ao Consultor Jurídico.

W. Manfredi
Diretora Legislativa
09/10/95

QUORUM : M.-A.

PRAZOS	Comissão	Relator
projeto	20 dias	07 dias
veto	10 dias	-
orçamentos	20 dias	-
contas	15 dias	-
projeto aprazado	07 dias	03 dias

À CJR. <i>W. Manfredi</i> Diretora Legislativa 16/10/95	Designo Relator o Vereador: <i>Avoca</i> <i>João</i> Presidente 17/10/95	<input checked="" type="checkbox"/> voto favorável <input type="checkbox"/> voto contrário <i>João</i> Relator 17/10/95
--	--	---

À Comissão _____ Diretora Legislativa 	Designo Relator o Vereador: _____ Presidente 	<input type="checkbox"/> voto favorável <input type="checkbox"/> voto contrário Relator
--	--	---

À Comissão _____ Diretora Legislativa 	Designo Relator o Vereador: _____ Presidente 	<input type="checkbox"/> voto favorável <input type="checkbox"/> voto contrário Relator
--	--	---

À Comissão _____ Diretora Legislativa 	Designo Relator o Vereador: _____ Presidente 	<input type="checkbox"/> voto favorável <input type="checkbox"/> voto contrário Relator
--	--	---

À Comissão _____ Diretora Legislativa 	Designo Relator o Vereador: _____ Presidente 	<input type="checkbox"/> voto favorável <input type="checkbox"/> voto contrário Relator
--	--	---

--	--	--



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

OF. GP.L. Nº 839/95
Processo nº 12.241-1/93

CÂMARA MUNICIPAL
DE JUNDIAÍ

19585 00195 0172

PROTÓCOLO


Jundiá, 06 de outubro de 1.995.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Permitimo-nos encaminhar a esclarecida
Colenda Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que tem por escopo revogar a Lei nº
4.386, de 04 de julho de 1.994.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos
de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


ANDRÉ BENASSI
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr.
Vereador ANTONIO CARLOS PEREIRA NETO
MD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiá
Nesta
nn.



PUBLICADO
em 17/10/95

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
APRESENTADO À MESA, ENCAMINHE-SE
À CJ E ÀS SEGUINTE COMISSÕES:
CTR (legalidade e mérito)
[Signature]
Presidente
10 / 10 / 95

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
PROJETO APROVADO
[Signature]
Presidente
26/11/96

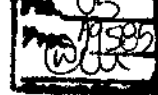
PROJETO DE LEI Nº 6.693

Dispõe sobre a revogação da Lei nº 4.386/94.

Artigo 1º - Fica revogada a Lei nº 4.386, de 04 de julho de 1.994.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[Signature]
ANDRÉ BENASSI
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Submetemos à apreciação dessa Egrégia Edilidade, o anexo Projeto de Lei que tem por escopo revogar a Lei nº 4.386, de 04 de julho de 1.994.

Referida lei desafetou área situada no loteamento "Cidade Nova", e autorizou a outorga de concessão de direito real de uso à União em Cristo de Leigos pelo prazo de 50 anos, mediante as condições elencadas no artigo 4º.

A União em Cristo de Leigos é entidade de fins filantrópicos e, como tal, depende da contribuição da sociedade que, infelizmente, não tem contribuído de maneira efetiva, em decorrência, certamente, da situação em que se vê o País.

Por esse motivo, a entidade encontra-se em sérios problemas financeiros, o que a impede de, por ora, dar início às obras do C.R.E.R. "Centro de Revitalização e Revivência Paz e Bem" da Pastoral da Mulher Marginalizada.

Consciente desses fatos, a União em Cristo de Leigos comunicou este Executivo, no intuito de regularizar a situação, tendo em vista que a escritura de concessão de direito real de uso ainda não foi lavrada.

Assim, expostos e justificados os motivos ensejadores da presente medida, invocamos o apoio dos Nobres Vereadores, permanecemos confiantes da aprovação que se busca.


ANDRÉ BENASSI
Prefeito Municipal

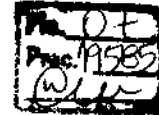


LEI Nº 4.386, DE 04 DE JULHO DE 1994

Reclassifica e autoriza concessão, à União em Cristo de Leigos, do direito real de uso de área pública situada no bairro Cidade Nova; nela permite edificar a categoria E.2.2 do Plano Diretor; e revoga a correlata Lei 4.262/93.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 28 de junho de 1.994, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica transferida da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominiais a área de terreno situada no loteamento denominado Cidade Nova, à Rua Paulo Maria de Lourdes Moraes, Rua José Perrone e Rua Carlos Nicola, Quadra 27, que assim se descreve: "Inicia no alinhamento da Rua Carlos Nicola, junto à divisa com Américo Samarone, e segue 29,03 m. em reta, com rumo magnético de 57º 36' NW; deflete à esquerda e segue 66,12 m. em reta, com rumo magnético de 86º 32' NW; deflete à esquerda e segue 69,03 m., com rumo magnético 88º 20' NW; deflete à esquerda e segue 40,77 m. em reta, com rumo magnético de 73º 34' NW, sempre confrontando com Américo Samarone; deflete à direita e segue 11,04 m. em curva; deflete à esquerda e segue 55,70 m. em reta, confrontando com a Rua Paulo Maria de Lourdes Moraes - nestes dois segmentos; deflete à direita e segue 8,17 m. em curva de concordância com a Rua José Perrone; deflete à direita e segue 108,55 m. em reta, confrontando com a Rua José Perrone; deflete à direita e segue 37,36 m. em reta pelo alinhamento da Rua Carlos Nicola, até o ponto inicial desta descrição. O perímetro acima descrito encerra uma área de 8.094,03 m²".



Parágrafo único - O Chefe do Executivo fica autorizado a -
outorgar concessão do direito real de uso do imóvel referido nes-
te artigo à União em Cristo de Leigos, entidade de fins filantró-
picos, reconhecida de utilidade pública conforme Lei municipal -
nº 2.172/76 e Lei estadual nº 2.471/80.

Art. 2º - A área de terreno descrita no artigo anterior se-
rá objeto de outorga de concessão de direito real de uso à enti-
dade identificada no parágrafo único do mesmo artigo, a qual se
obrigará, mediante escritura pública, à construção de prédio, im-
plantação de instalações e prestação de serviços gratuitos à co-
munidade, compreendendo o amparo e atendimento à mulher margina-
lizada e sua família, abrangendo as seguintes finalidades: cre-
che, oficina de artesanato, oficina de corte e costura, alfabeti-
zação de adultos, curso de datilografia, albergue para mulheres
violentadas, enfermaria, amparo à mãe solteira, recuperação de -
mulheres drogadas e alcoólatras, entre outras.

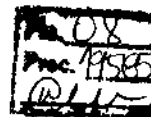
Parágrafo único - A concessão do direito real de uso aqui
tratada permitirá o uso do imóvel na categoria E.2.2, com índices
previstos na Tabela 2 do art. 63 do Plano Diretor Físico-Territo-
rial em vigor.

Art. 3º - A concessão do direito real de uso, gratuita e pe-
lo prazo de 50 anos, será outorgada mediante escritura, dentro -
de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação -
desta lei.

Art. 4º - A entidade beneficiada comprometer-se-á, no ins-
trumento a ser lavrado, a:

I - submeter previamente à aprovação da Prefeitura o proje-
to de construção com todas as especificações necessárias;

II - iniciar as obras no prazo de 1 (um) ano e concluí-las
dentro de 2 (dois) anos, sendo ambos os prazos contados da data
da aprovação do projeto pela Prefeitura;



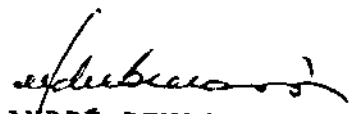
III - não dar ao imóvel finalidade diversa da estatuída na -
presente lei.

Art. 5º - A inobservância das condições fixadas nos arts.
2º e 4º desta lei acarretará a invalidação da escritura de con-
cessão de direito real de uso, com a retrocessão do imóvel ao pa-
trimônio municipal, acrescido das eventuais benfeitorias que ne-
le tenham sido realizadas, independentemente de qualquer inden-
ização.

Art. 6º - Findo o prazo de concessão, o imóvel retornará ao
patrimônio municipal, com as benfeitorias ou acessões nele intro-
duzidas, sem que assista à entidade direito de retenção ou inde-
nização a qualquer título.

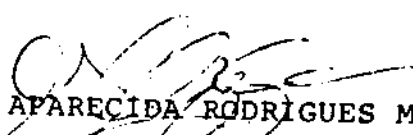
Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei cor-
rerão por conta da entidade beneficiada.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº -
4.262, de 19 de novembro de 1993.


ANDRÉ BENASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Juríd-
icos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos quatro dias do
mês de julho de mil novecentos e noventa e quatro.


MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo



CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER Nº 3.403

PROJETO DE LEI Nº 6.693

PROCESSO Nº 19.585

De autoria do PREFEITO MUNICIPAL, o presente projeto de lei revoga a Lei 4.386/94, que reclassifica e autoriza concessão, à União em Cristo de Leigos, do direito real de uso de área pública situada no bairro Cidade Nova; nela permite edificar a categoria E.2.2 do Plano Diretor; e revoga a correlata Lei 4.262/93.

A propositura encontra sua justificativa às fls. 5, e vem instruída com os documentos de fls. 6/8.

É o relatório.

PARECER:

O projeto de lei em exame se nos afigura revestido da condição legalidade quanto à competência (art. 6º, "caput", c/c o art. 13, VI, interpretado a contrário sensu), e quanto à iniciativa, que é privativa do Chefe do Executivo (art. 72, IV e VI, c/c o art. 107), sendo os dispositivos elencados pertencentes à Lei Orgânica de Jundiaí.

A matéria é de natureza legislativa, em face de buscar revogar a Lei 4.386/94, o que somente poderá ser concretizado através de lei situada no mesmo nível de hierarquia daquela. Nesse sentido não vislumbramos impedimentos incidentes sobre a pretensão. No que concerne ao mérito, dirá o soberano Plenário.

Deverá ser ouvida tão somente a Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer abrangerá também o mérito, em razão de tratar a proposta de revogação de lei que não gerou efeitos concretos sobre a entidade beneficiada, conforme depreendemos da justificativa de fls. 5.

QUORUM: maioria absoluta (letra "c" do § 2º do art. 44, L.O.M.).

S.m.e.

Jundiaí, 13 de outubro de 1995

Ronaldo Salles Vieira
Dr. RONALDO SALLES VIEIRA
Assessor de Consultoria



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 19.585

PROJETO DE LEI Nº 6.693, do PREFEITO MUNICIPAL, que revoga a Lei 4.386/94, que reclassifica e autoriza concessão, à União em Cristo de Leigos, do direito real de uso de área pública situada no bairro Cidade Nova; nela permite edificar a categoria E.2.2 do Plano Diretor; e revoga a correlata Lei 4.262/93.

PARECER Nº 2.276

A Lei Orgânica de Jundiaí - art. 62, "caput", c/c o art. 13, V, (interpretado a contrário senso), e art. 72, IV e VI, c/c o art. 107 - confere ao projeto de lei em exame a condição legalidade no que concerne à iniciativa e à competência, conforme bem aponta a manifestação da Consultoria Jurídica da Casa, expressa no Parecer 3.403, de fls. 9, que adotamos na íntegra.

Busca a propositura revogar a Lei 3.486/94, que reclassifica e autoriza concessão, à União em Cristo de Leigos, do direito real de uso de área pública situada no bairro Cidade Nova para edificação de creche e outras repartições, e para alcançar essa finalidade somente norma situada no mesmo nível hierárquico daquela tem o condão de consubstanciá-la. Portanto, incontestemente se nos afigura a natureza legislativa da matéria.

Relativamente ao quesito mérito, havemos por bem acolher as argumentações constantes da justificativa de fls. 5, que aponta como motivo ensejador da medida a impossibilidade de a entidade beneficiária cumprir o estabelecido no diploma legal supra citado, e a regularização daquela propriedade pública, livrando-a do embaraço sobre ela incidente, é dever da Administração para que possa aproveitá-la para outra finalidade.

Concluimos, face o exposto, votando pela pertinência da matéria.

Parecer favorável, pois.

Aprovado em 24.10.1995

Sala das Comissões, 18.10.1995

FRANCISCO DE ASSIS POÇO
Presidente e Relator

CARLOS ALBERTO BESTETTI

OLAVO DA SILVA PRADO

* ANTONIO AUGUSTO GIARETTA

ERAZE MARTINHO



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE



Of. PR 11.96.106
proc. 19.585

Em 27 de novembro de 1996.

Exmo. Sr.

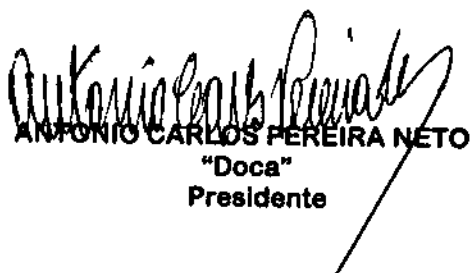
Dr. ANDRÉ BENASSI

DD. Prefeito Municipal de Jundiaí

NESTA

Para seu distinto conhecimento e adoção das providências julgadas cabíveis, a V.Exa. encaminhamos, em duas vias, o AUTÓGRAFO Nº 5.548, referente ao PROJETO DE LEI Nº. 6.693 (objeto de seu Of. GP.L. nº 839/95), aprovado na sessão ordinária ocorrida no dia 26 de novembro de 1996.

Sendo o que havia para o ensejo, queira aceitar, mais, nossas expressões de estima e consideração.


ANTÔNIO CARLOS PEREIRA NETO
"Doca"
Presidente



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 6.693

AUTÓGRAFO Nº 5.548

PROCESSO Nº 19.585

OFÍCIO PR Nº 11.96.106

RECIBO DE AUTÓGRAFO

DATA DE ENTREGA NA PREFEITURA:

28/11/96

ASSINATURAS:

EXPEDIDOR:

RECEBEDOR:

PRAZO PARA SANÇÃO/VETO

(15 dias úteis - LOJ, art. 52)

PRAZO VENCIVEL em:

19/12/96

DIRETORA LEGISLATIVA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



CÂMARA MUNICIPAL
DE JUNDIAÍ

OF. GP.L. nº 842/96

022154 072 96 06 E 2 23


Processo nº 12.241-1/93

PROJ. LEI Nº 6.693

Jundiaí, 29 de novembro de 1.996.

Junte-se.

Excelentíssimo Senhor Presidente:


PRESIDENTE
06/12/96

Permitimo-nos encaminhar a V.Exa. o original do Projeto de Lei nº 6.693, bem como cópia da Lei nº 4.910 promulgada, nesta data, por este Executivo.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


ANDRÉ BENASSI

Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

Vereador ANTONIO CARLOS PEREIRA NETO

MD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

N E S T A



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE



GP., em 29.11.96

Proc. nº 19.585

Eu, **ANDRÉ BENASSI**, Prefeito do Município de Jundiaí, **PROMULGO** a presente Lei:-


ANDRÉ BENASSI

Prefeito Municipal

AUTÓGRAFO Nº 5.548
(Projeto de Lei nº 6.693)

Revoga a Lei 4.386/94, que reclassifica e autoriza concessão, à União em Cristo de Leigos, do direito real de uso de área pública situada no bairro Cidade Nova; nela permite edificar a categoria E.2.2 do Plano Diretor; e revoga a correlata Lei 4.262/93.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ,
Estado de São Paulo, faz saber que em 26 de novembro de 1996 o Plenário aprovou:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 4.386, de 04 de julho de 1994.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em vinte e sete de novembro de mil novecentos e noventa e seis (27.11.1996).


ANTÔNIO CARLOS PEREIRA NETO
"Doca"
Presidente



LEI Nº 4.910, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1.996

Revoga a Lei nº 4.386/94, que reclassifica e autoriza concessão, à União em Cristo de Leigos, do direito real de uso de área pública situada no bairro Cidade Nova; nela permite edificar a categoria E.2.2 do Plano Diretor; e revoga a correlata Lei nº 4.262/93.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária, realizada no dia 26 de novembro de 1.996, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 4.386, de 04 de julho de 1.994.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


ANDRÉ BENASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e seis.


MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA

Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo



10M 06-12-1996

LEI Nº 4.218 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1996

Revoga a Lei nº 4.386/94, que reclassifica e autoriza concessão, à União em Cristo de Leigos, do direito real de uso de área pública situada no bairro Cidade Nova; não permite edificar a categoria E.2.2 do Plano Diretor; e revoga a correlata Lei nº 4.262/93.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária, realizada no dia 26 de novembro de 1996, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 4.386, de 04 de julho de 1994.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


ANDRÉ BENASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e seis.


MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos